

(Provisório)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Capítulo 1 | |
| INTRODUÇÃO | 17 |
| | |
| Capítulo 2 | |
| CONCEITO | 21 |
| | |
| Capítulo 3 | |
| ADMISSIBILIDADE | 27 |
| 3.1. Direito líquido e certo | 27 |
| 3.2. Ilegalidade ou abuso de poder | 41 |
| 3.2.1. Inconstitucionalidade, o mandado de segurança contra lei em tese e o mandado de segurança preventivo | 45 |
| 3.3. Autoridade pública | 58 |
| 3.4. Não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i> | 58 |
| | |
| Capítulo 4 | |
| LEGITIMIDADE ATIVA | 63 |
| | |
| Capítulo 5 | |
| LEGITIMIDADE PASSIVA | 73 |
| 5.1. Autoridades públicas | 74 |
| 5.2. Agentes de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público | 87 |

| | | |
|------|--|-----|
| 5.3. | Erro na indicação da autoridade apontada como coautora..... | 92 |
| 5.4. | Litisconsórcio no mandado de segurança | 96 |
| 5.5. | Atos administrativos compostos e complexos. Competência delegada. Atos colegiados..... | 106 |

Capítulo 6

OUTRAS RESTRIÇÕES QUANTO AO CABIMENTO..... 109

| | | |
|------|---|-----|
| 6.1. | Ato passível de recurso ou correição | 109 |
| 6.2. | Decisão judicial transitada em julgado..... | 119 |
| 6.3. | Efeitos patrimoniais | 121 |

Capítulo 7

COMPETÊNCIA 131

| | | |
|------|---|-----|
| 7.1. | Mandado de segurança e a competência delegada | 137 |
| 7.2. | Mandado de segurança e os Juizados Especiais Federais | 143 |
| 7.3. | Mandado de segurança e acidente do trabalho..... | 149 |
| 7.4. | Mandado de segurança de competência dos Tribunais.... | 153 |
| 7.5. | Mandado de segurança e terceiro prejudicado | 155 |

Capítulo 8

PROCEDIMENTO..... 161

| | | |
|------|---|-----|
| 8.1. | Prazo para impetração | 161 |
| 8.2. | Forma de impetração | 167 |
| 8.3. | Liminar | 175 |
| 8.4. | Informações e ciência ao representante judicial da pessoa jurídica..... | 188 |
| 8.5. | Parecer do Ministério Público e sentença..... | 192 |
| 8.6. | Desistência do mandado de segurança | 198 |
| 8.7. | Suspensão da liminar e da sentença | 202 |
| 8.8. | Recursos | 203 |
| 8.9. | Descumprimento das decisões..... | 208 |

Capítulo 9

| | |
|--|------------|
| MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO | 217 |
|--|------------|

Capítulo 10

| | |
|--|------------|
| O MANDADO DE SEGURANÇA E SUA UTILIZAÇÃO ESPECÍFICA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA..... | 225 |
|--|------------|

| | |
|--|-----|
| 10.1. Situações em que o mandado de segurança não é cabível..... | 225 |
| 10.1.1. Casos em que ultrapassado o prazo decadencial de 120 dias..... | 226 |
| 10.1.2. Casos em que os fatos não são comprováveis por meio de documentos | 228 |
| 10.1.2.1. Casos em que se pretende a concessão de um benefício por incapacidade (auxílio-doença/auxílio por incapacidade temporária, aposentadoria por incapacidade permanente ou auxílio-acidente) e o requerimento administrativo for indeferido por não ter sido comprovada a incapacidade para o trabalho..... | 228 |
| 10.1.2.2. Casos em que o INSS não admite a existência de um vínculo de emprego, anotado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, mas sem registro de contribuições..... | 232 |
| 10.1.2.3. Casos em que se pretende a prova do tempo de atividade rural..... | 241 |
| 10.2. Situações em que o mandado de segurança é cabível, mas precisa ser avaliado, em concreto, se é o meio processual mais recomendado para o caso..... | 244 |
| 10.2.1. Concessão de benefício que envolva o pagamento de valores atrasados | 244 |
| 10.2.2. O caso dos honorários de advogado | 245 |
| 10.2.3. Casos de aposentadoria especial (ou de contagem de tempo especial, convertido em comum)..... | 248 |
| 10.3. Situações em que o mandado de segurança é preferível a quaisquer outras ações | 252 |

| | |
|---|-----|
| 10.3.1. Excesso de prazo para decisão ou para julgamento do recurso..... | 253 |
| 10.3.2. Violação a uma das garantias constitucionais do processo (devido processo legal, contraditório, ampla defesa, proibição de provas obtidas por meios ilícitos etc.)..... | 268 |
| 10.3.3. Cerceamento das prerrogativas legais dos Advogados..... | 276 |
| 10.3.4. Cessação do benefício por suspeita de fraude sem processo administrativo formal, ou em desrespeito às garantias constitucionais do processo, ou mesmo depois de decorrido o prazo legal para revisão do ato de concessão..... | 278 |
| 10.3.5. Síntese dos tópicos anteriores..... | 291 |

Capítulo 11

MODELOS DE PEÇAS PRÁTICAS..... 295

| | |
|---|-----|
| 11.1. Petição inicial de mandado de segurança destinado a compelir o INSS a analisar o requerimento administrativo pendente de decisão..... | 296 |
| 11.2. Petição inicial de mandado de segurança preventivo destinado a impedir a suspensão ou cancelamento de benefício..... | 305 |
| 11.3. Agravo de instrumento contra decisão denegatória de liminar em mandado de segurança..... | 313 |
| 11.4. Apelação em mandado de segurança..... | 323 |

REFERÊNCIAS..... 329

LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009..... 339